



Prefeitura Municipal de Piratini-RS



PROJETO DE LEI N. 28/2013

Institui a Política Municipal de Habitação - PMH e dá outras providências.

VITOR IVAN GONÇALVES RODRIGUES, Prefeito Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as diretrizes e normas da Política Municipal de Habitação - PMH, regula as formas de acesso à moradia e institui o Sistema Municipal de Informações Habitacionais - SMIH, com base nas disposições da Constituição Federal, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 Estatuto da Cidade e da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE

Art. 2º - A Política Municipal de Habitação tem por finalidade, propiciar a oferta de condições dignas de moradia, a melhoria das unidades residenciais a regularização urbanística, imobiliária e fundiária de habitações, reduzindo, no Município de Piratini-RS, o déficit habitacional das famílias, especialmente as de baixa renda possibilitando o acesso, de forma gradativa à habitação.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 3º - A Política Municipal de Habitação obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

APROVADO

Em 03/08/13

Manoel Rodrigues
Presidente

POR UNANIMIDADE

REGISTRADO

Em 23/07/13

Jimmy Carter Porto Gonçalves
SECRETÁRIO



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

I - Promover o acesso ao solo urbano e à moradia digna aos habitantes do Município, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da cidadania, priorizando as famílias mais necessitadas;

II - Assegurar políticas fundiárias que garantam o cumprimento da função social da terra urbana;

III - Promover processos democráticos na formulação, implementação e controle dos recursos da política habitacional, estabelecendo canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade organizada;

IV - Utilizar processos tecnológicos que garantam a melhoria da qualidade e a redução dos custos da produção habitacional e da construção civil em geral;

V - Assegurar a vinculação da política habitacional com as demais políticas públicas, com ênfase às sociais, de geração de renda, de educação ambiental e de desenvolvimento urbano;

VI - Estimular a participação da iniciativa privada na promoção e execução de projetos compatíveis com as diretrizes e objetivos da Política Municipal de Habitação.

CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 4º - Constituem objetivos da Política Municipal da Habitação e de Habitação de Interesse Social:

I - A produção de lotes urbanizados e de novas habitações com vistas à redução progressiva do déficit habitacional e ao atendimento da demanda gerada pela constituição de novas famílias;

II - A melhoria das condições de habitabilidade das habitações existentes de modo a corrigir suas inadequações, inclusive em relação à infraestrutura e aos acessos aos serviços urbanos essenciais e aos locais de trabalho e lazer;



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

III - A diversificação das formas de acesso à habitação para possibilitar a inclusão, entre os beneficiários dos projetos habitacionais, das famílias impossibilitadas de pagar os custos de mercado dos serviços de moradia;

IV - Reassentar moradores de áreas impróprias ao uso habitacional e em situação de risco, recuperando o ambiente degradado;

V - Promover e viabilizar a regularização fundiária e urbanística de parcelamentos clandestinos e irregulares atendendo a padrões adequados de preservação ambiental de qualidade urbana;

VI- Viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos, em localidades urbanas e rurais.

CAPÍTULO V DAS HABITAÇÕES E HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

Seção I Do Público Alvo

Art. 5º - Os projetos habitacionais populares de construção e reforma de habitações será para os munícipes em situação de vulnerabilidade social e seguirão os critérios estabelecidos na Lei do Fundo Municipal de Habitação dentre outros os a seguir relacionados:

I - Interessado não poderá possuir imóveis neste ou noutro Município, nem poderá pleitear mais de um imóvel;

II - As pessoas solteiras e sem filhos, com capacidade laborativa, ficarão em última ordem de prioridade;

III - Como critério de desempate entre situações idênticas, as famílias que residam há mais tempo no Município terão prioridade sobre as que residam há menos tempo;

IV- O Município, por meio da Secretaria Municipal de Habitação e Planejamento, através do técnico social, deverá elaborar um parecer social para comprovar o enquadramento do interessado nos critérios estabelecidos em Lei.



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

V- Para efeito de serem selecionadas para o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social, terão prioridade:

§1º- famílias com maior número de filhos;

§2º- que residam em moradias de risco;

§3º- chefiadas por mulheres;

§4º- aluguel social;

§5º- deficientes e idosos, ambos nos termos da Lei de regulamentação;

VI- Residirem no território de Piratini há, no mínimo, 02 (dois) anos;

VII- Possuírem cadastro válido no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico;

VIII- Comprovarem renda familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos;

IX – Apresentar requerimento formal ao benefício habitacional à Secretaria Municipal de Habitação e Planejamento, comprovando as condições exigidas.

X- Os casos extraordinários e as situações especiais serão apreciados pelo Conselho Municipal de Habitação.

Parágrafo Único – A mesma metodologia deverá ser utilizada na elaboração de indicadores destinados ao acompanhamento da execução e à avaliação dos programas e projetos indicados no *caput* deste artigo e para enquadramento em programas de subsídios financiados, total ou parcialmente, com recursos públicos.

Seção II

Dos Programas e Projetos

Art. 6º - Os programas e projetos habitacionais de interesse social poderão contemplar, entre outras, as seguintes modalidades:

I - Produção de loteamentos, lotes urbanizados, unidades e conjuntos habitacionais, destinados às habitações de interesse social;

II - Oferecimento de condições de habitabilidade a moradias já existentes, em termos de salubridade, de segurança e de oferta e acesso à infraestrutura, aos serviços e equipamentos urbanos e aos locais de trabalho;



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

III - Financiamento individual para:

§1º - Aquisição de lote urbanizado;

§2º - Aquisição de materiais de construção destinados à conclusão, recuperação, ampliação ou melhoria de habitações;

§3º - A construção de habitação em lote próprio ou que possa ser utilizado mediante qualquer das formas de acesso à moradia previstas em Lei;

IV - Assistência técnica e social às famílias moradoras de áreas de risco geológico efetivo, de caráter continuado, que visa diagnosticar, prevenir, controlar e eliminar situações de risco geológico, estruturando e revitalizando estas áreas.

Parágrafo único - As modalidades acima elencadas serão objeto de interação intra-institucional, ressaltadas as competências de cada área.

Seção III Dos Programas Específicos

Art. 7º - Poderão ser criados no âmbito desta Lei, os programas específicos destinados ao atendimento das diversas demandas na área habitacional, seja através de recursos próprios ou através de parcerias com a iniciativa privada ou com outras instituições públicas.

Parágrafo Único: Os programas específicos serão criados através de Lei específica para o referido programa.

Art. 8º - Concessão de Lotes Urbanizados, executado em loteamentos e terrenos de propriedade do Município, dentro das seguintes modalidades:

I - Construções financiadas por instituições públicas ou privadas, destinadas às famílias que atendam as condições estabelecidas por esta Lei;

II - Construção a expensas do beneficiário;

III - Construções com recursos a fundo perdido ou próprios do Município.

IV - Construções com recursos provenientes do Fundo Municipal de Habitação.



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

§1º - No caso do inciso I, o lote será doado ao beneficiário, ficando hipotecado ao agente financiador, sendo que aquele tem o prazo de dois (02) anos para construir sob pena de perda e retorno ao Poder Público, sem qualquer tipo de notificação ou indenização;

§ 2º - No caso do inciso II, o lote será repassado por contrato de concessão de direito real de uso gratuito, ficando o beneficiário obrigado a construir no prazo de dois (02) anos, sob pena de reversão imediata ao Poder Públicos sem qualquer tipo de notificação indenização;

§3º - No caso do inciso III e IV o imóvel será transferido ao beneficiário, por contrato de concessão de direito real de uso gratuito, intransferível;

§ 4º - No caso dos incisos, I, II, III e IV a escritura definitiva será concedida passado o prazo de dez (10) anos da data em que for firmado o contrato de Concessão de Direito Real de Uso, respeitadas as condições estabelecidas para tanto.

§ 5º - Caso seja constada qualquer espécie de cedência, aluguel ou empréstimo ou venda do imóvel antes da concessão da Escritura Pública Definitiva, o imóvel e seus acréscimos retornarão a posse do Município sem qualquer tipo de indenização.

§ 6º - Em caso de desocupação voluntaria ou em caso de morte do beneficiário, as consequências serão as seguintes:

I - Se a concessão ocorreu na forma do inciso I e II do Art. 8º em será feito avaliação social para que o Poder Público e o Conselho Municipal de Habitação destine outro beneficiário obedecendo a linha sucessória e vulnerabilidade social. Em caso de morte do beneficiário será obedecido a linha sucessória, desde que o imóvel ainda permaneça com alguém da família, não tenha sido efetuado qualquer tipo de negociação. Como consta Art.8º,§7º.

II - Se a sucessão ocorreu na forma do inciso III e IV do Art. 8º, será feito avaliação social para que o Poder Público e o Conselho Municipal de Habitação destine outro beneficiário;

Parágrafo Único: Se a concessão ocorreu na forma dos incisos I, II, III,IV, tendo falecido o membro da família o qual consta o nome no Contrato de Concessão de Uso, constatado foi obedecido as cláusulas



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

contratuais o Decreto para efetivação da escritura poderá ser expedido em nome da Sucessão, obedecidas as normas legais.

§ 7º - Nos casos dos incisos I, II, III, IV do Art. 8º, caso o beneficiário tenha vendido antes do prazo estabelecido em Lei para escritura, ou esteja alugado ou cedido a outros, após avaliação social e constatação de que a família ocupante não vive em vulnerabilidade social, o bem doado e seus acréscimos voltarão ao Município, sem qualquer possibilidade de indenização.

§ 8º - Do Lote Urbanizado:

I- Adquirido o lote ou unidade habitacional, o beneficiário deverá tomar posse imediata mantendo-o sempre limpo;

II - Caso o beneficiário seja contemplado com lote de terreno, deverá reunir esforços para nele edificar sua moradia, no prazo de 02 anos;

III - Caso haja necessidade de prorrogação do prazo referido no parágrafo anterior, o beneficiário deverá encaminhar requerimento nesse sentido ao Conselho Municipal de Habitação, justificando as razões que o impediram de construir e assumindo o compromisso de edificação dentro do novo prazo a ser concedido, que não poderá ser superior a 06 (seis) meses;

IV- Caso o beneficiário não edifique dentro do prazo de prorrogação e após o seu término o bem será revertido ao patrimônio público, visando contemplar outro beneficiário;

V- À partir da data de assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, os tributos incidentes sobre o lote e respectiva unidade habitacional (taxas, impostos e contribuições de melhoria) passarão a incidir sobre o contrato e por ele responde o concessionário, ressalvados os casos de isenção previstos em Lei;

VI- O Lote ou unidade habitacional, não poderá dar outra destinação senão a de residência sua e de sua família.

CAPÍTULO VI

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES HABITACIONAIS E DO CADASTRO MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

Art. 9º - Ficam criados o Sistema Municipal de Informações Habitacionais - SMIH, que integrará as informações gerenciais e as estatísticas relacionadas com o setor habitacional, e o Cadastro Municipal de Informações de Interesse Social.

§ 1º - O Sistema referido no *caput* deste artigo será implantado e mantido pela Secretaria Municipal de Habitação, na qualidade de órgão gestor do Programa, onde a Secretaria:

I - Coletará, processará e disponibilizará informações que permitam estimar as demandas potencial e efetiva de habitação no Município;

II - Levantará os padrões de moradia habitável predominantes nas diversas regiões administrativas do Município;

III - Acompanhará a oferta de imóveis para fins residenciais e os investimentos para infraestrutura;

IV - Elaborará indicadores que permitam o acompanhamento da situação do Município nos campos do desenvolvimento urbano e da habitação, destacando, neste, a habitação de interesse social;

V - Incluirá informações sobre os terrenos e edificações de propriedade de entes públicos ou de suas entidades descentralizadas, assim como de propriedade privada, situados em zonas servidas por infraestrutura, que se encontrem vagos, subutilizados ou ocupados por famílias enquadráveis em projetos habitacionais de interesse social, segundo definido em regulamento;

VI - Incluirá informações sobre a distribuição espacial dos equipamentos urbanos, de modo a propiciar maior racionalidade em seu aproveitamento e a orientar a localização de novos empreendimentos habitacionais com menores custos de infraestrutura;

VII - Executará outras tarefas vinculadas ao suporte estatístico de estudos, programas e projetos.

§ 2º - Os dados integrantes do Sistema de Informações serão disponibilizados para os órgãos federais, estaduais e dos Municípios, assim como para entidades privadas cujas atividades tenham conexão com as do governo Municipal nas áreas do desenvolvimento urbano e da habitação.



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

Art. 10 - O cadastro a que se refere o artigo 15 será organizado e mantido pela SMH (Secretaria Municipal de Habitação) e conterá:

I - Os nomes dos beneficiários finais dos projetos habitacionais de interesse social, identificando o projeto em que estejam incluídos, a localização deste, o tipo de solução habitacional com que foram contemplados, o tipo e valor do subsídio concedido;

II - O custo final de produção de cada solução habitacional, classificada por tipo, e seu grau de adimplemento, bem como o valor original das prestações ou das taxas de ocupação pagos pelos beneficiários finais, por empreendimento;

III - A condição socioeconômica das famílias contempladas em cada empreendimento habitacional, aferida pelos respectivos padrões de consumo;

IV - Os dados definidos pelo regulamento.

Parágrafo único - Para implantação e manutenção do cadastro a que se refere o *caput* deste artigo, o Município manterá convênio com outros órgãos federais, estaduais e instituições públicas e privadas nacionais, internacionais e multilaterais.

CAPÍTULO VII DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Art. 11 - A Política Municipal de Habitação será administrada pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal de Habitação - CMH;

II - Secretaria Municipal de Habitação;

Art. 12 - Além das atribuições previstas em seu diploma institutivo, compete à Secretaria Municipal de Habitação:

I - A gestão do Fundo Municipal de Habitação - FMH;

II - A implementação do Sistema Municipal de Informações Habitacionais - SMIIH;

III - Regulamentar as operações ativas do FMH em consonância com as diretrizes do CMH;



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

IV - Fiscalizar a execução dos programas e projetos financiados pelo FMH;

V - Elaborar relatório anual sobre a execução da Política Municipal de Habitação para exame pelo CMH;

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13 - Aquele que inserir ou fizer inserir, no Cadastro Municipal de Informações de Natureza Social, dado ou declaração falsa ou diversa daquela que deveria ter sido inserida, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, será responsabilizado civil, penal e administrativamente.

§ 1º - Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que usufruir ilicitamente de qualquer modalidade de subsídio habitacional ressarcirá ao poder público os valores indevidamente recebidos, no prazo de trinta dias, atualizados segundo a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e de juros moratórios de um por cento ao mês, calculados desde a data do recebimento do subsídio até a da restituição.

§ 2º - Ao servidor público ou agente de unidade federativa conveniada que concorrer para o ilícito previsto no *caput* deste artigo, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa em documento que deva produzir efeito nos projetos e programas habitacionais, aplicar-se-á, nas condições previstas em regulamento e sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos valores despendidos, atualizada, mensalmente, até seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Art. 14- Para a contratação para produção, ampliação, recuperação e melhoria de habitações, assim como para execução de obras de infraestrutura e de equipamentos urbanos ou, no caso de operações que utilizem recursos públicos, como critério de pré-qualificação nas licitações, o Município poderá exigir a prévia apresentação, pelas empresas construtoras ou pelos fornecedores de materiais de construção,



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

de certificado comprovando sua vinculação ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade/Habitat e o grau de cumprimento das etapas previstas no mesmo Programa.

Art.15 - Os contratos de compra e venda com financiamento e bem assim quaisquer outros atos resultantes da aplicação desta Lei, mesmo aqueles constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis, poderão ser celebrados por instrumento particular, a eles se atribuindo o caráter de escritura pública, para todos os fins de direito.

Art. 16 - Fica revogada a Lei nº869, de 19 de abril de 2007.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATINI,

EM

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.



Prefeitura Municipal de Piratini-RS

JUSTIFICATIVA

Institui a Política Municipal de Habitação – PMH e dá outras providências.

Justifica-se a presente alteração, pois a Lei atual que Institui a Política Municipal de Habitação – PMH não está compatível com as necessidades apresentadas no cotidiano, sendo muito importante a regularização desta Lei, afim de que as políticas habitacionais seja gestão da Secretaria Municipal de Habitação e não como a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, como ainda continuavam, a presente alteração foi aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação, conforme Ata em Anexo.

Diante do exposto, solicito a aprovação deste Projeto de Lei, em regime de urgência.

Piratini, 20 de julho de 2018.


Vitor Ivan Gonçalves Rodrigues
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Piratini
Assessoria Jurídica

PARECER JURÍDICO

Destaco que este parecer cinge-se exclusivamente a análise jurídica, não adentrando no mérito e no poder discricionário da Administração Pública.

Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, instituir a Política Municipal de Habitação – PMH e da outras providências.

Em síntese o projeto.

É o Relatório.

Cumprе destacar que o ente público necessita basear-se pelos Princípios norteadores da Administração Pública, conforme previsto na Constituição Federal.

O presente projeto de Lei é de suma importância, tendo em vista a justificativa apresentada.

As mudanças são de grande importância, devendo o Município se adequar à nova política de habitação.

Portanto, o tema tratado nessa propositura não conflita com a competência Privativa da União Federal (art. 22, CF) e também não conflita com a competência concorrente entre União Federal, Estados e Distrito Federal (art. 24, CF).

Em vista disso, a proposta está dentro da competência constitucional do ente municipal, possui oportunidade e conveniência, não apresentando, assim, nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.



Prefeitura Municipal de Piratini
Assessoria Jurídica

Diante de todo o exposto opina esta Assessoria Jurídica pelo prosseguimento do projeto, caso seja o interesse da Administração.

É o relatório emitido por esta Assessoria Jurídica.

Piratini, 20 de julho de 2018.

Diego Gomes Ibeiro

Assessor Jurídico

por mim e pelo presidente ~~Prose~~. Em tempo referente ao Sr. Sidnei Sias de Oliveira este Conselho após denuncia recebida e visita domiciliar pela Assistente Social Sandra Basilio, decide não se manifestar no momento, sugeriu um processo administrativo ~~Prose~~: Júlio de Souza Aguiar. Em tempo ainda fica decidido por este Conselho que, após apresentação parecer Social apresentada a este Conselho seria doada um Terreno a Sr. Marlene Crespo Lima residente nesta cidade. ~~Prose~~: Júlio de Souza Aguiar.

Ata 08/2018 Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e dezoito, reuniram-se membros do Conselho Municipal de Habitação para tratar dos seguintes assuntos: Cédencia de um Terreno para Associação Quilombola do Candelão, Processo 316/38 Sidnei Sias de Oliveira (reintegração de posse), Daniela Moreira de Ávila, Sr. Marlene (doação Terreno), C.M.H. Municipal de Habitação. Colocada em pauta a cedência de um terreno a Associação Quilombola do Candelão, por entender a importância do trabalho desenvolvido pelos membros da referida associação este Conselho é favorável, porém orienta que deve ser consultada assessoria jurídica do Município para a forma legal dessa doação. Presente o Sr. Sidnei Sias de Oliveira foi convidado a comparecer essa reunião para tomar ciência do processo de reintegração de posse o qual foi deferido pelo jurídico tendo assumido a responsabilidade de em 30 (trinta dias) devolver ao Município o lote situado no loteamento Canil e qual não cumpriu com as cláusulas contratuais. Presente também na reunião Sr. Daniela Moreira de Ávila para tomar ciência de que conforme parecer Social no momento não seria contemplado.

com o lote solicitado, Apresentado o parecer técnico referente a visita domiciliar realizada a sra. Sor da Silva Druz, a qual solicita um terreno para construir sua residência, após análise do parecer aprovado pelo Conselho manifestase favorável a concessão de um terreno no Bairro Larid para a referida senhora. Quando a Lei Municipal de Habitação após discussões do texto e alterações de acordo com as necessidades e dados apresentados no cotidiano da Secretaria e do Conselho, bem como observando a legislação Nacional e Estadual concluiu-se o texto apresentado ao Poder Legislativo para aprovação. Fica estabelecido que será agendada uma reunião extraordinária, com data a ser estabelecida para apreciação de visitas domiciliares a serem feitas pela assistente social Sandra Basilio. Nada havendo a tratar encerro a presente Ata, assim por mim e pela presidente. ~~Rosa~~, Jairo A. 10/10/10.

Reunião Ordinária CMH dia 22.05.2018.

01. Nessi S. de Rosa
02. Sandra Barbosa Basilio
03. João de Ávila Azevedo.
04. Gilmeri carvalho Dutra.
05. MARCO ANTÔNIO CARVALHO DA SIWEIRA
06. Paula Almeida Ferreira.

Reunião Extraordinária CMH dia 04.06.2018.

01. Nessi S. de Rosa
02. Sandra Barbosa Basilio
03. Crani Pollo
04. SÂNIO DE ÁVILA AZEVEDO.
05. VALDENIR SILVEIRA
06. MARCO ANTÔNIO C. DA SIWEIRA
07. Gilmeri carvalho Dutra.
08. Renata Garcia da Cunha

Reunião Ordinária dia 20.06.2018. CMH.

01. Nessi S. de Rosa
02. MARCO ANTÔNIO CARVALHO DA SIWEIRA
03. Gilmeri carvalho Dutra.
04. João de Ávila Azevedo.
05. Sônia da Silva Ortiz
06. Sandra Barbosa Basilio

Reunião Ordinária dia 17.07.2018. C.M.H.

01. Sandra Barbosa Basilio
02. SÂNIO DE ÁVILA AZEVEDO.
03. Crani Lentes parte
04. Gilmeri C. Dutra.
05. Santa Rosário da Silva
06. Nessi S. Rosa
07. Sidney Siqueira de Oliveira
08. Danilo Moreira de Ávila da Silva



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI


Fone/Fax: (53) 3257-2764
Fones: (53) 3257-2584 - 3257-1576 - 3257-2009 - 3257-1260 - 3257-1395
e-mail: camara@camarapiratini.rs.gov.br
www.camarapiratini.rs.gov.br

COMISSÃO DE PARECERES

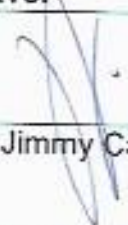
Parecer sobre o Projeto de Lei do Poder Executivo N°.28/2018.

Pelo presente, a Comissão de Pareceres, vem apresentar parecer sobre o Projeto de Lei N°.28/2018, que "INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-PMH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS MANIFESTANDO-SE INDIVIDUALMENTE CADA MEMBRO DA COMISSÃO."


Membros da Comissão de Pareceres:

Voto Favorável	Voto Desfavorável
	

Altino Aléxis Reyes de Matos- Presidente da Comissão
Vereador do PP

Voto Favorável	Voto Desfavorável
	

Jimmy Carter Porto Gonçalves- Membro da Comissão
Vereador do PMDB

Voto Favorável	Voto Desfavorável
	

Lourenço Silva- Membro da Comissão
Vereador do PT

Voto Favorável	Voto Desfavorável

Carlos Alberto Gomes Caetano – Suplente
Vereador do PDT

Piratini, 23 de junho de 2018.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI**

RUA BENTO GONÇALVES, 116

CNPJ: 22.862.949/0001-33

CEP: 96.490-000

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei nº 28/2018

**Institui a Política Municipal de Habitação – PMH e dá
outras providências**

Vêm ao exame desta Assessora Jurídica o Projeto de Lei 28/2018 de origem do Poder Executivo que visa instituir a Política Municipal de Habitação e dá outras providências.

O projeto pretende criar diretrizes para a Política Municipal de Habitação a fim de propiciar a oferta de condições dignas de moradia, melhoria das unidades residências, bem como, regularização urbanística, imobiliária e fundiária das habitações.

Ademais, o projeto de lei pretende regular a situação habitacional nos termos do mandamento constitucional contido no art. 183 da Constituição Federal.

A regulação das habitações para pessoas de baixa renda é uma forma de promoção dos Direitos Sociais, de modo que se torna essencial a tem ética.

O projeto se amolda na competência para legislar do ente federado, não apresentando vício quanto à iniciativa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

RUA BENTO GONÇALVES, 116
CNPJ: 22.862.949/0001-33
CEP: 96.490-000

A matéria está em acordo com a possibilidade de proposta pelo Poder Executivo.

Assim, quanto à legalidade e constitucionalidade, e sob o aspecto formal, o presente Projeto não apresenta vício de espécie alguma.

ISTO POSTO, opino pelo prosseguimento do projeto de lei, submetendo-se a plenário.

Piratini, 02 de agosto de 2018.


EDUARDA CORRAL
ASSESSORA JURÍDICA